

CAPÍTULO X

UM DEBATE EM TORNO DO FEMINISMO E DOS ESTUDOS DE GÊNERO NO BRASIL

Loide Andréa Salache
Mestra em Letras
Doutoranda em Desenvolvimento Comunitário
Universidade Estadual do Centro-Oeste -
Unicentro

Luciana Rosar Fornazari Klanovicz
Doutora em História
Universidade Estadual do Centro-Oeste -
Unicentro

Capítulo X

Um debate em torno do feminismo e dos estudos de gênero no Brasil¹

Introdução

A contemporaneidade tem imposto a importância de abordarmos um debate em torno do feminismo² e dos estudos de gênero. Nesse sentido, vale ressaltar que os estudos de gênero se inserem em um campo de abordagem interdisciplinar, na perspectiva do desenvolvimento de pesquisas científicas que contextualizam à identidade de gênero e à representação de gênero como categorias centrais de análise.

Acrescente-se que, para esse campo de investigação, merece destaque os estudos sobre as mulheres e feminismo, e numa averiguação mais ampla, estudos sobre os homens e estudos queer³. Na academia, vários pesquisadores e também disciplinas, organizam-se para produzir textos, tecer pesquisas e entrelaçar significados, com a finalidade de formar um todo que expressa a tessitura dos estudos de gênero no Brasil e no mundo, apresentando ainda, um debate em torno do feminismo.

Outrossim, estudar gênero significa estabelecer um recorte consolidando aspectos da realidade social que intensificam o desenvolvimento comunitário. Nesse sentido, materializam-se motivos para se estudar gênero na sociedade globalizada. Ademais, é fundamental empreender pesquisas para

¹ Como citar este trabalho: SALACHE, L. A.; KLANOVICZ, L. R. F. Um debate em torno do feminismo e dos estudos de gênero no Brasil In: SALACHE, L. A.; ANGNES, J. S. Múltiplos olhares sobre os direitos humanos, a educação e a inovação social para o desenvolvimento comunitário. 1a. Ed. Guarapuava/PR: Editora Editora Apprehendere, 2023, p. 183 - 196. ISBN 978-65-88217-53-5. DOI 10.55820/978-65-88217-53-5.10

² O capítulo em tela é uma versão preliminar de uma das unidades que compõem a pesquisa de doutorado, intitulada: “As corporeidades femininas em construção sociocultural e histórica: o boca a boca das dietas no Brasil”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, da Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro, por Loide Andréa Salache, sob orientação dos professores Dr^ª. Luciana Rosar Fornazari Klanovicz e Dr. Jó Klanovicz.

³ Queer é uma palavra em inglês que significa “estranho”. O termo é usado para representar as pessoas que não se identificam com padrões impostos pela sociedade e transitam entre os gêneros, sem concordar com tais rótulos, ou que não saibam definir seu gênero/orientação sexual. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/diversidade/noticia/2022/06/29/o-que-e-ser-queer.ghtml>. Acesso: 08 jan. 2022.

"dar voz", ao gênero feminino que comumente é acometido por situacionalidades que evidenciam violência contra as mulheres, agressão física, psicológica, sexual ou simbólica, desigualdade econômica, feminicídio e transfobia, inserindo-as em situação de vulnerabilidade devido a sua identidade de gênero ou orientação sexual.

No Brasil, os estudos que abordam as relações de gênero são constituídos de/por diferentes momentos dos movimentos sociais feministas. Desde a década de setenta se (r)estabelece forças, que determinam a emergência de dialogarmos sobre os movimentos sociais na perspectiva dos estudos de gênero, que modificam territórios e mentalidades. Pois, os estudos de gênero surgiram como parte do movimento feminista, rompendo fronteiras e passaram a incluir todas as minorias, com enfoque na ideia da heterogeneidade das possibilidades sexuais e de gênero, sobrepondo-se ao biológico, pautando-se nas construções históricas e culturais. Pois, "gênero é um termo que remete à cultura [...]. E deve-se admitir a variabilidade do gênero", (TILLY, 1994), portanto, os estudos de gênero fazem parte de um processo de transformação no campo da história da humanidade.

Nesta linha de análise, a presente pesquisa objetiva refletir e apresentar algumas considerações sobre a trajetória histórica dos estudos de gênero e feminismo, com base referencial no Brasil e também, com destaque para os momentos que descrevem a sua raiz de formação e evolução sociohistórica, com vistas a fortalecer o arcabouço teórico nessa área, considerando principalmente, que o empoderamento da mulher é o caminho contra a opressão das sociedades patriarcais.

Assim, os estudos de gênero se converteram em um importante campo de investigação a respeito do exercício de se instituir na sociedade de hoje, a igualdade de gênero, estabelecendo nessa sintonia, o mesmo tratamento e oportunidade para todas as pessoas sem qualquer tipo de distinção. Quanto à luz dessa pesquisa, este trabalho está caracterizado pela diversidade e intensidade de objetivos, e leva em consideração a equidade de gênero, ressaltando a propositura de garantias para que o ser humano seja tratado com justiça, eliminando as vulnerabilidades que causam diferenças de tratamento social e que marginalizam, sobretudo, as mulheres e ainda, as demais minorias sexuais, desrespeitando nessa conjuntura, os direitos humanos.

Algumas considerações sobre o feminismo e os estudos de gênero no Brasil

Nos últimos anos, pesquisadores e pesquisadoras sobre o feminismo e os estudos de gênero evidenciam temáticas que contribuem para um debate pertinente nestes campos de pesquisas. Todavia, é fundamental compreender que os estudos de gênero e o movimento feminista, se inter-relacionam no momento averiguamos sua essência histórica, a qual começa no cenário internacional no século XIX, quando vem à tona as reivindicações de direitos civis para as mulheres:

Atualmente, segundo o Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR), os direitos fundamentais das mulheres no mundo englobam o direito à vida, à saúde, à educação, à privacidade, à igualdade, à liberdade de pensamento, à participação política, o direito a não ser submetida a tortura, entre outros (TAVASSI; RÊ; BARROSO; MARQUES, 2021, s/p.).

No que tange ao Brasil, as reivindicações das mulheres se inscrevem em um contexto histórico de manifestações que foram além da luta pelo direito ao voto. Rememoramos que desde a década de sessenta, o gênero feminino entre estratégias e políticas de atuação, se organizam para que novas medidas atitudinais de promoção dos direitos humanos sejam implementadas e cumpridas em prol das mulheres, garantindo a equidade de gênero em busca de um tratamento justo entre homens e mulheres, de acordo com as suas necessidades.

Vale ressaltar, por exemplo, que a mulher casada era considerada pela lei brasileira como uma pessoa "incapaz", e a sua vida estava sob tutela do homem, ou seja, do marido, sendo que essa situacionalidade só foi alterada na legislação promulgada em 1962, com a criação da Lei nº. 4.121, de 27 de agosto deste ano, intitulada, o "Estatuto da Mulher Casada":

LEI Nº 4.121 DE 27 DE AGOSTO DE 1962.

Data de assinatura: 27 de Agosto de 1962.

Ementa: DISPÕE SOBRE A SITUAÇÃO JURÍDICA DA MULHER CASADA.

Situação: Não consta revogação expressa.

Chefe de Governo: João Goulart.

Origem: Legislativo.

Data de Publicação: 27 de Agosto de 1962.

Referenda: MULHER CASADA.

Correlação: DEL 1.608 DE 18/12/1939, CÓDIGO PROCESSO CIVIL (BRASIL, LEINº. 4.121/1962, s/p).

Numa visão contemporânea, uma importante característica que confirma a notoriedade de tecermos considerações sobre o feminismo e os os estudos de gênero no Brasil e quiçá no mundo, está atrelada ao/no espaço universitário, uma vez que, é nesse ambiente que discursos e narrativas nascem, fruto de um momento efervescente no qual o cruzamento de discussões sobre gênero, feminismo, sexualidade, entre outras temáticas nesse âmbito, tornam-se plural e representativas de significações. Assim, para se compreender a relação do feminismo e os estudos de gênero, no que diz respeito a militância de mulheres em movimentos sociais na contemporaneidade, é necessário retomar o seu contexto histórico de formação, para entendermos que:

O feminismo tem provocado militâncias apaixonadas e raivas incontidas. Desde suas primeiras manifestações, ainda no século XIX o movimento foi muito particular, pois desafiou ao mesmo tempo a ordem conservadora que excluía a mulher do mundo público – portanto, dos direitos como cidadão – e também as propostas revolucionárias, que viam na luta das mulheres um desvio de pugna do proletariado por sua libertação (PINTO, 2003, p. 9)

Devido a esse movimento de estudiosos e estudiosas sobre feminismo e gênero, que podemos verificar desde meados do século XX, renovações nesse campo de conhecimento, que impulsionaram transformações históricas e acarretam mudanças sociais, devido aos novos sujeitos, grupos ou atores sociais, reflexos da própria temporalidade, fortalecem as bandeiras de luta em benefício do empoderamento das mulheres e consolidação dos seus direitos:

Tratava-se, na verdade, de um esforço em prol do empoderamento das mulheres contra um sistema patriarcal multimilenar, que, não apenas definia os espaços e papéis sociais específicos da mulher, como atribuía comportamentos tidos como apropriados a seu sexo. Em outras palavras, o uso do termo "gênero" e a sua transformação em categoria de análise buscava, inicialmente, a construção de um espaço de debates e de afirmação e consolidação dos direitos das mulheres, e representava, na

verdade, não o início, mas um passo importante numa longa trajetória de luta e militância (MEIRA, 2014, p. 206),

O final da década de setenta e o início da década de oitenta, contribuíram para a evolução do que vem a ser os estudos de gênero na época atual. Durante os "anos setenta e oitenta os movimentos de mulheres mostram a participação delas em vários setores da vida pública, lutando pelos seus direitos e necessidades através de manifestações, denunciando as desigualdades sociais imputadas as relações de gênero", (SILVA, 2000, p.6). Assim, no Brasil, os movimentos de mulheres e feministas se intensificam a partir da década de setenta. Para Soares (1994, p. 13), o "movimento de mulheres nos anos setenta trouxe uma nova versão da mulher brasileira, que vai às ruas na defesa de seus direitos e necessidades e que realiza enormes manifestações de denúncia de suas desigualdades". Mas são nos anos oitenta que diferentes movimentos feministas começam a "ganhar corpo", e retratar com maior ênfase, a condição de vida da mulher no Brasil, com apelos para a igualdade social entre os sexos, visto que:

No Brasil, os estudos que abordam as relações de gênero acompanham os diferentes momentos dos movimentos feministas. A partir da década de oitenta, o país começa a sair lentamente dos chamados "anos de chumbo" da ditadura militar que começou em 1964. Mas desde meados dos anos setenta que as mulheres brasileiras já se mobilizavam contra o custo de vida, por creches e timidamente buscavam uma maior abertura política (SILVA, 2000, p. 01).

Corroborando com tal preceito, vale destacar que o uso da expressão gênero ocorreu designadamente no final da década de 1980, quando o autor Joan Scott⁴ o texto "Gênero: uma categoria útil de análise", na *American Historical Review*, em 1986. A palavra gênero nesse artigo, possuía o objetivo de ressaltar a produção da história das mulheres em uma perspectiva de desvelar efeitos de sentidos entre os seus acontecimentos. Foi a partir dessa

⁴ Um grande marco nos estudos de gênero foi a publicação, em 1986, de "Gender: A Useful Category of Historical Analysis", de Joan Scott, que problematizava gênero em termos de categoria de análise como uma forma de fazer com que os trabalhos preocupados com as diferenças sexuais passassem das descrições para as explicações (inquietação compartilhada por vários outros autores) e, finalmente, para a elaboração de teorias. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/rWNRkfDygZwFKmR3NMDk94S/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 09. jan. 2023.

escritura, que o gênero se apresentava textualmente como categoria de análise, com enfoque nas suas estruturas e discursos políticos, e não como um tema desvinculado de fatos ou um simples objeto:

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher; ele também o estabelece. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, parte da ordem natural ou divina. Desta maneira, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se parte do próprio significado de poder; pôr em questão ou alterar qualquer de seus aspectos ameaça o sistema inteiro (SCOTT, 1990, p. 92).

Na década de noventa segundo Htun (2001), houve avanços significativos no que se refere a liderança das mulheres na América Latina, que abordam a categoria/perspectiva de gênero, contribuindo para que os estudos nessa área se ampliassem e diversificassem. E foi nos anos 90, com a discussão da paridade e sob pressão dos avanços da questão de gênero nos países europeus, que ocorreram relevantes transformações que modificaram "a ordem", social de um modo geral:

Na década de 90, houve avanços sem precedentes na liderança das mulheres na América Latina. Primeiro, houve um aumento extraordinário do número de mulheres em cargos eletivos". Como explica a autora, "onze países da América Latina aprovaram leis de cotas que estabelecem o número mínimo de mulheres candidatas às eleições nacionais". Proni e Proni (2018, p. 5), complementam que, no Brasil, "a participação feminina no total dos empregos formais aumentou de 33,9%, em 1988, para 36,9%, em 1994, e 39,1%, em 1999. Na década seguinte houve uma desaceleração, mas a taxa seguiu aumentando: 40,0% em 2004 e 41,4% em 2009. Em 2015, a força de trabalho feminina correspondia a 43,7% dos empregos formais no País", (BRAND, 2019, p. 16).

Para este caminho de reflexão, destaca-se que no século XX, vários direitos foram conquistados pelas mulheres e a participação feminina ampliou-se nas diversas áreas da vida social. Foi a "composição de forças que interferiu e ou atravessou a questão feminina no século XX, no Brasil, e com uma atenção

maior, os movimentos em prol da autonomia e igualdade de tratamento entre mulheres e homens nas primeiras décadas do século" (FELTRIN; BATISTA; BECKER; CORREA, 2018, p. 02), foram marcas que determinantes para se estabelecer uma nova perspectiva para estudos de gênero. Entretanto, é no século XXI, o momento de destaque e realidade circundante dos estudos de gênero, edificando a sua institucionalização, reformulado por novas reflexões e entendimentos discursivos, permeável à inovações e ganharam reconhecimento no meio acadêmico:

Para além da relevância cognitiva, a adoção do conceito de gênero em substituição aos termos mulher e feminismo favoreceu a aceitação acadêmica desta área de pesquisa, na medida em que despolitizou uma problemática que, tendo se originado no movimento feminista, mobilizava preconceitos estabelecidos. No Brasil, novamente contrastando com os Estados Unidos, esta passagem foi realizada sem grandes traumas. No melhor dos casos "gênero" foi adotado de uma maneira consensual, no pior dos casos optou-se por um compromisso simbolizado pela adoção de ambos termos, mulher e gênero, separados agora por uma barra (HEILBORN; SORJ; 1999, p. 187).

Logo, essas percepções atribuíram um campo de possibilidades para as mulheres e a paridade de gênero tornou-se uma meta dos organismos transnacionais. Ainda neste sentido, podemos ressaltar que a área dos estudos de gênero, na medida em que desenvolve o seu potencial analítico e científico, com abordagens de temas que destacam as mulheres, as meninas, a família, a sexualidade, o trabalho, a educação, dentre outros, e nessa contextualização estabelecem motivações sociopolíticas que marcam mudanças sociais, tornando-se um fenômeno observado internacionalmente, logo que:

Os Estudos sobre Mulher, Estudos de Gênero ou de Relações de Gênero foram as fórmulas encontradas para institucionalizar a reflexão impulsionada pelo diálogo com o feminismo na academia brasileira. A escolha de uma ou outra destas denominações não é ingênua nem arbitrária, pelo contrário, remete às controvérsias sobre a natureza e os limites desta área de estudos. [...] principalmente, preencher lacunas do conhecimento sobre a situação das mulheres nas mais variadas esferas da vida e ressaltar/denunciar a posição de exploração/subordinação/opressão a que estavam submetidas na sociedade brasileira

(HEILBORN; SORJ; 1999, p. 188).

Diante do exposto se estabelece, portanto, uma diversificação de novas possibilidades, elegendo novos objetos e novas abordagens, tanto no campo teórico como no metodológico, em relação aos estudos de gênero. Conseqüentemente, incorporar as contribuições teóricas deste, com o feminismo, é estudar o espaço social para se compreender a formação de novos espaços e de novas realidades. Logo, o "debate sobre a necessidade e as maneiras de tornar o saber histórico preocupado com a construção social das diferenças sexuais, torna-se um campo de conhecimento mais analítico que prosseguiu e continua até hoje", (PINSKY, 2009, p. 162). Dessa forma, os estudos de gênero fazem parte de um processo de transformação histórico e que tem ocorrido com maior ênfase nas últimas décadas:

Os movimentos sociais abrangem, hoje, realidades diversas. Consideramos que os movimentos de mulheres ou feministas (que não são necessariamente compostos apenas por mulheres) tornam-se movimentos sociais atuantes quando identificam formas de opressão que extrapolam as relações de produção e abrangem questões mais amplas como meio ambiente, qualidade de vida, cultura patriarcal, desigualdades de gênero e outras que questionam os paradigmas sociais vigentes (SILVA, 2000, p. 9).

Devemos frisar que o movimento feminista na contemporaneidade, trata-se de uma luta pela liberdade dos sexos (masculino e feminino), com igualdade de direitos e não um embate contra o sexo oposto. Assim, os significados "de "ser homem", "ser mulher" ou de identidades e papéis [relacionados de algum modo a concepções que fazem referência a sexo] como "mãe", "boa esposa", "moça de família", "chefe da casa" são entendidos, na perspectiva de gênero, como situações produzidas, reproduzidas e/ou transformadas ao longo do tempo", (BASSANEZI, 1992; PINSKY, 2000, p.162). Além disso, há um marcante crescimento do papel feminino como uma agenda internacional, que discute ações e novas formas de atuação e de inserção na sociedade das mulheres, dentre elas, cita-se aquela contida nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS⁵), para a igualdade de gênero

⁵ Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as

proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2015⁶):

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 - Igualdade de gênero:

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte;

5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos;

5.3 Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas;

5.4 Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais;

5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública;

5.6 Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão;

5.a Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais;

peçoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Estes são os objetivos para os quais as Nações Unidas estão contribuindo a fim de que possamos atingir a Agenda 2030 no Brasil. Disponível em: <https://brasil.un.org/> Acesso: 08 jan. 2023.

⁶ Em 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável. Com 17 objetivos globais, os Estados-membros aprovaram um plano de ação para promover o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza. Foram definidas 169 metas globais com foco nas pessoas, no planeta, na prosperidade e na paz mundial. As metas para o alcance da igualdade de gênero estão concentradas no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 e transversalizadas em outros 12 objetivos globais. Esta Agenda é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/paridade/>. Acesso: 08 jan. 2023.

5.b Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres;

5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis (ONU-ODS 5, 2015, s/p.).

Assim, os estudos de gênero hoje, estabelecem um recorte sobre aspectos da realidade social, considerando a história⁷ das mulheres, o historicismo e discute as diferenças com foco na igualdade de direitos, e procura compreender os aspectos no âmbito das relações entre os seres humanos que restringem as possibilidades de desenvolvimento e de emancipação social de mulheres, de crianças e até mesmo dos homens, e com a intencionalidade de frear essa situação discriminatória, propõe a equidade de gênero na promoção de um tratamento justo entre homens e mulheres, com respeito à igualdade de direitos e oportunidades:

Os Estudos de Gênero entraram na História. Nesse debut, herdaram muitos dos pressupostos, preocupações e metodologias de pesquisa da já atuante História das Mulheres, mas também reformularam ou contestaram vários outros. Uma das formas, talvez a mais interessante, de adoção do termo é seu emprego como categoria de análise. Nesse sentido, uma das propostas da História preocupadas com gênero é entender a importância, os significados e a atuação das relações e representações de gênero no passado, suas mudanças e permanências dentro dos processos históricos e suas influências nesses mesmos processos (PINSKY, 2009, p. 162).

Nessa perspectiva, os estudos de gênero na atualidade possuem como uma de suas principais características a interdisciplinaridade, o que possi-

⁷ A História das Mulheres adquiriu expressão a partir década de 1970, inspirada por questionamentos feministas e por mudanças que ocorriam na historiografia, entre as quais, a ênfase em temas como família, sexualidade, representações, cotidiano, grupos “excluídos”. Seu sucesso atrelou-se aos avanços da Nouvelle Histoire, Social History, Cultural History e dos Estudos de População. A produção historiográfica passível de ser reunida sob o título História das Mulheres foi e é bastante diversificada em termos de assuntos, métodos e qualidade intelectual. Entretanto, esses trabalhos têm em comum: a atenção às mulheres do passado e o reconhecimento de que a condição feminina é constituída histórica e socialmente. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/rWNRkfDygzWfKMR3NMDk94S/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 09 jan. 2023.

bilita a ampliação de pesquisas na área, com enfoque em temas sobre a violência doméstica e sexual, feminicídio, desigualdade socioeconômica e socioeducacional, a maternidade, os sentimentos, a religiosidade, a participação sociopolítica, os racismos e preconceitos, as interseccionalidades, dentre outros temas, que estão relacionados de um modo geral às desigualdades de gênero. Assim, as pesquisas que contextualizam os estudos de gênero estão inseridas nas diferentes áreas do conhecimento, no campo das Ciências Humanas, das Ciências Sociais Aplicadas, das Ciências da Saúde e também, das Ciências Exatas.

Todas essas considerações sobre os estudos de gênero devem ser pauta da sociedade globalizada, em que o desenvolvimento tecnológico e inovador estão centrados no ser humano, compondo a nova sociedade 5.0⁸, que unificadas, permitirão compartilhar experiências e institucionalizar práticas voltadas para questões que estabeleçam a igualdade de gênero, a igualdade de oportunidades para todas as pessoas, independente de sexo, cor, raça, etnia, idade, orientação sexual, origem social, capacidade física ou mental, assumindo compromisso com a equidade de gênero, priorizando o respeito aos direitos humanos, à diversidade e a não discriminação, com responsabilidade social.

Considerações finais

O debate hoje em torno do feminismo e dos estudos de gênero no Brasil e no mundo, estão associados às possibilidades das transformações dos problemas sociais, culturais e políticos abordados nestes campos de pesquisa. Isto implica dizer há contemporaneidade um crescimento e a permanência da legitimidade dos estudos de gênero e feministas. Ao lado de tudo isto, a academia tem-se mostrado ativa no processo de compreender e também de contribuir, com novas perspectivas e possibilidades na abordagem destas

⁸ Sociedade 5.0 é um termo que se refere a uma nova sociedade, em que o desenvolvimento tecnológico esteja centrado no ser humano e na busca por soluções realmente valiosas para a vida das pessoas, em todo o globo. O conceito foi criado em 2016, no Japão, grande polo de tecnologias disruptivas e apresentado em 2017 na CeBIT, em Hanôver, na Alemanha. Nesta nova sociedade, há uma convergência entre o espaço virtual e o espaço físico e as tecnologias estão cada vez mais integradas à nossa vida. A sociedade 5.0 utiliza as tecnologias criadas pela indústria 4.0 para agir a favor das pessoas (big data, robôs autônomos, simulação, IoT, impressão 3D, etc). Fala-se na convergência de todas as inovações para dar mais qualidade de vida aos seres humanos. Desta maneira, a sociedade 5.0 tem o intuito de utilizar a inteligência tecnológica para o bem-estar da humanidade, para a sustentabilidade e inclusão. Com suas possibilidades de conexão, será possível

temáticas.

A questão da igualdade destaca-se como um ponto crucial para estudos de gênero e sua abordagem teórica nos permite analisar as práticas sociais deste movimento, suas diferentes matizes, seus objetivos e suas consequências no âmbito das comunidades. Logo, nessa linha de análise, os estudos de gênero são construídos socialmente a partir de relações de poder que estabelecem e conduzem à desigualdade social. Portanto, se torna emergencial (re)formular novas reflexões e entendimentos para romper esses limites que desencadeiam uma sociedade altamente desigual.

Assim, é fundamental salientarmos que integrar à dinâmica da comunidade científica a importância dos estudos de gênero, é obter o reconhecimento do valor científico destes, para conhecimento sobre a situação das mulheres nas mais variadas esferas da vida, o que nos remete a investigar nesses estudos, quais são os papéis atribuídos ao gênero feminino, quais são as percepções existentes e quais experiências enfatizam os aspectos relacionais e culturais da sua construção social, para despertar a formulação de novos discursos por novas práticas sociais, que assumem novos sentidos em relação ao tratamento estabelecido à mulher, que luta bravamente em busca de seus direitos, com o objetivo de incentivar a igualdade de gênero.

Diante disso, nesse breve percurso teórico-analítico, intencionamos corroborar para que mais pesquisas sejam tecidas na academia na área dos estudos de gênero, principalmente, (re)posicionando a mulher numa outra instância discursiva, de mulher livre e vinculada socialmente pela igualdade de oportunidades, com respeitabilidade por parte dos demais atores sociais que integram as comunidades de um modo geral, no sentido de formar redes que demonstram(ão), novas práticas sociais imputadas às relações de gênero.

encontrar soluções para: Diminuir as desigualdades sociais, com programas de educação, saneamento e outros recursos; Acelerar os atendimentos médicos e aumentar a precisão de tratamentos e cirurgias, por meio da telemedicina ou medicina robotizada, isso ajuda a reduzir os problemas do envelhecimento e aumentar a expectativa de vida com saúde e qualidade; Ao mesmo tempo, o envelhecimento populacional aumenta a demanda por alimentos. A sociedade 5.0 visa a aumentar a produção alimentícia e reduzir os desperdícios. Melhorar a segurança pública, com maior monitoramento, análise de dados e controle; Resolver os problemas ocasionados por desastres naturais, ampliar a previsibilidade e promover a sustentabilidade; Promover a participação da sociedade na construção de ideias e projetos e não somente de cientistas, empresários e especialistas. Disponível em: <https://www.sydle.com/br/blog/sociedade-5-0-5fc163e1725a642683ed9230/>. Acesso: 09 jan. 2023.

Referências

- BRASIL. Lei nº. 4.121, de 27 de agosto de 1962. "Estatuto da Mulher Casada". Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=lei&numero=4121&ano=1962&ato=d0fmzy61kmvrvtd6> Acesso: 08 jan. 2023.
- BRAND, M. C. Igualdade de gênero no século XXI: uma análise do desenvolvimento para igualdade. Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/10811/1/IGUALDADE%20DE%20G%C3%8ANERO%20NO%20S%C3%89CULO%20XXI%20-%20UMA%20AN%C3%81LISE%20DO%20DESENVOLVIMENTO%20PARA%20IGUALDADE.pdf>. Acesso: 08 jan. 2023.
- BASSANEZI, C. Virando as páginas, revendo as mulheres; relações homem-mulher e revistas femininas, 1945-1964. Dissertação (Mestrado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo, 1992.
- FELTRIN, T; Batista, N. L; Correa, G. C; & Becker, E. L. S. (2018). O século XX para o Feminismo no Brasil. RELACult - Revista Latino-Americana De Estudos Em Cultura E Sociedade, 4. <https://doi.org/10.23899/relacult.v4i0.734>. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/734/393>. Acesso: 09 jan. 2023.
- HARAWAY. D. Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. Cadernos Pagu. Campinas, nº. 22, p. 201-246, 2004.
- HEILBORN, M. L.; SORJ, B. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, S. (org.) O que ler na ciência social brasileira (1970-1995), ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.
- HTUNT, M. A Política de Cotas na América Latina. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, p. 225-230, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000100013>. Acesso: 08 jan. 2023.
- MEIRA, J. C. Estudos de gênero e historicidade: Sobre a construção cultural das diferenças. Caderno Espaço Feminino - Uberlândia-MG - v. 27, nº. 2 - Jul/Dez. 2014 – ISSN online 1981-3082. Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Downloads/admin,+12-Texto+Caderno+Espa%C3%A7o+Feminino+J%C3%83%C2%BAlio+C%C3%83%C2%A9sar.pdf> Acesso: 08 jan. 2023.

PINSKY, C. B. Estudos de Gênero e História Estudos de Gênero e História Social. Ensaio. Revista Estudos Feministas, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/rWNRkfDygZwFKmR3NMDk94S/?format=pdf&lang=pt> Acesso: 09 jan. 2023.

ONU. Organização das Nações Unidas. Disponível em: <https://www.un.org/es/about-us>. Acesso: 29 dez. 2022.

_____. ONU Mulheres. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/>. Acesso: 11 abr. 2022.

_____. Paridade de gênero. Por um planeta 50-50 em 2030. Um passo decisivo para a igualdade de gênero. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/paridade/>. Acesso: 29 dez. 2022.

_____. ONU Mulheres Brasil. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/>. Acesso: 29 dez. 2022.

_____. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS 5, Igualdade de gênero. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5>. Acesso: 08 jan. 2023

PINTO, C. R. J. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação e Realidade. v.1S, nº. 2, jul./dez. 1990.

SILVA, S. V. Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações. Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona [ISSN 1138-9796] nº.262, 15 de noviembre de 2000. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/1212/Os%20estudos%20de%20g%C3%AAnero%20no%20BRasil%20algumas%20considera%C3%A7%C3%B5es.pdf?sequence=1>. Acesso: 08 jan. 2023.

SOARES, V. Movimento Feminista. Paradigmas e Desafios. Revista de Estudos Feministas. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, nº. Especial, 2º. Sem. 1994.

TAVASSI, A. P. C.; RÊ, E.; BARROSO, M. C.; MARQUES, M. D. O que são os direitos das mulheres? Politize, Equidade e Direitos das Mulheres, 13 de abril, de 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/equidade/blogpost/o-que-sao-os-direitos-das-mulheres/#:~:text=Atualmente%2C%20segundo%20o%20Escrit%C3%B3rio%20do,n%C3%A3o%20ser%20submetida%20a%20tortura%2C>. Acesso: 03 jan. 2023.

TILLY, Louise A. Gênero, História das Mulheres e História Social. Cadernos Pagu (3) 1994: p. 29-62.